

## (DES) CONSTRUINDO AS PERSPECTIVAS DA LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA<sup>1</sup>

*Gustavo José B. Paraíso<sup>2</sup>*

*Iran Ferreira de Melo<sup>3</sup>*

### RESUMO

O avanço dos estudos de gênero e sexualidade na atualidade busca contribuir com a perspectiva da não-binaridade das línguas neolatinas, que persistem com o masculino genérico e reforçam a ideologia cisheteronormativa. Tendo em vista esse contexto e buscando expandir a compreensão das diversas identidades de gênero, para que os corpos de sexualidades dissidentes possam ser incluídos no discurso é que emerge a linguagem não-binária (LNB). Ela é uma parte da linguagem inclusiva de gênero, modelo já conhecido do linguista britânico Norman Fairclough, (2001[1999]) que visava democratizar as diversas possibilidades de gênero, se afastando do recorrente emprego do masculino genérico de algumas línguas. A linguagem não-binária (LNB) é toda prática discursiva que promove a representação das pessoas que não enxerga que somos apenas e exclusivamente homens e mulheres, evitando a marcação de determinados conjuntos, sobretudo do masculino genérico. Para tanto, iremos abordar os resultados obtidos de nossa pesquisa intitulada *Linguagem não-binária no Brasil: disputas e tensões em discursos legislativos*. Para o desenvolvimento da metodologia selecionamos uma bibliografia sobre gênero social e Análise Crítica do Discurso. Em princípio, fizemos leitura bibliográfica das referências que compõem o material para amparo teórico e realizamos a coleta do corpus (textos legislativos brasileiros proibicionistas à linguagem não-binária – projetos de lei federais e estaduais) nos portais de publicação da tramitação desses dados. Identificamos as informações referentes à produção e circulação dos dados coletados e, apresentaremos o resultado dessa análise.

**Palavras-chave:** Linguagem não-binária; Linguagem inclusiva de gênero; Análise crítica do discurso; Projetos de lei.

1 Este artigo resulta dos dados da pesquisa PBIC/CNPQ Linguagem não-binária no Brasil: disputas e tensões em discursos legislativos

2 Graduando do Curso de Letras Português/Espanhol da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, [guga.paraiso@gmail.com](mailto:guga.paraiso@gmail.com);

3 Professor e orientador: Doutor em Letras, Universidade de São Paulo - SP, [iranmelo@hotmail.com](mailto:iranmelo@hotmail.com).

## INTRODUÇÃO

Este trabalho está baseado em nosso projeto de pesquisa *Linguagem não-binária no Brasil: disputas e tensões em discursos legislativos* que está centrado na coleta e na análise de textos legislativos (estaduais e federais), em tramitação no país, de natureza proibitiva quanto ao uso da LNB. Na prática, estes textos são um ingrediente a mais nas violências sobre o existir das pessoas de gênero dissidente.

Seguramente não seria uma lei que iria impedir a mudança linguística, mas, sem dúvida, iria sinalizar um retrocesso social quando legitimado por representantes de uma política conservadora, ainda vigente no Brasil. Movimentos negacionistas das transformações da linguagem, são patrocinadores de violências de expressões que ultrapassam ou que rompem com um modelo de sociedade heteronormativa<sup>4</sup>. Diante dessa conjuntura, a motivação para produção dessa pesquisa emergiu por produzir e mensurar informações que possibilitem um caminho inverso dessas violências.

Nosso objetivo geral foi identificar a construção de sentido sobre a linguagem não-binária de gênero em textos legislativos (projetos de lei federais e estaduais) proibicionistas brasileiros sobre esse uso linguístico. E como objetivos específicos: (1) verificar a produção e circulação de textos legislativos proibicionistas sobre a linguagem não-binária no Brasil; (2) desvelar a produção de sentido nesses discursos, observando os tipos de significação mobilizados neles para sustentarem o argumento de proibição dessa linguagem; (3) perceber, nesses discursos, qual o grau de diálogo com os interesses dos pleitos políticos de representatividade da população não-binária de gênero em nosso país; (4) interpretar, usando o pressuposto da indexicalidade, qual a performance mais recorrente utilizada para dar sentido a linguagem não-binária nos textos analisados, e como esses resultados encontrados recorrem para depreciar essa forma de linguagem.

Também conhecida como linguagem neutra, a LNB é parte da linguagem inclusiva de gênero (LIG), modelo de discurso já bastante discutido pelo linguista britânico Norman Fairclough, (2001 [1992]). A LIG busca democratizar representações de gênero fora das universalizações masculinistas, como no afastamento do uso do masculino gramatical genérico em algumas línguas. Por sua vez, LIG

---

4 A heteronormatividade pode ser compreendida como o “modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho e feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade” (BUTLER, 2003 [1990] p. 258, nota 06).

integra o que se chama de linguagem inclusiva, isto é, um conjunto de modos de uso linguístico que objetivam dar visibilidade e representatividade a grupos historicamente alijados, como vemos nos pleitos de vários países quanto às políticas linguísticas antirracistas e para comunidades indígenas.

Partindo desse ponto conferimos os PLs federais e estaduais que proíbem a LNB como LIG no Brasil e analisamos o seu discurso.

Para a construção dessa análise utilizamos um dos pressupostos que a ACD apresenta para significarmos esse discurso. Esse pressuposto é o de indexicalidade.

Quando agimos por meio da linguagem, fazemos coisas a e com ela, ou seja, encenamos performances como, por exemplo, o ato de batizar, mencionado anteriormente. Nessas ocasiões, estamos também tecendo um laço entre o contexto translocal e local, indexalizando ou apontando para valores, ideologias e crenças do primeiro no segundo. Esse laço, que precipita do translocal para o local, é conhecido como o fenômeno da indexicalidade (OCHS, 1992; BLOMMAERT, 2006; ROCHA, 2013) *apud* MELO&FERREIRA, 2017.

Esse laço entre o contexto translocal e local que nos aponta as diferentes possibilidades de expressões linguísticas e de índices sociais, que surgem em uma hierarquia nos contextos linguísticos, nos apontando que determinadas características sociais são mais salientes, e, portanto, são ativadas antes de outros índices.

## MÉTODO

O procedimento metodológico adotado consistiu em selecionamos uma bibliografia sobre gênero social (MISKOLCI, 2014, 2015; OLIVEIRA, 2019) Análise Crítica do Discurso (ACD) (FAIRCLOUGH, 2003) e Linguagem não-binária (BREVILHERI, LANZA e SARTORELLI, 2022). Inicialmente, fizemos leitura bibliográfica das referências que compõem o material para amparo teórico, nos apropriando dos conceitos e definições para então realizarmos a coleta do corpus (textos legislativos brasileiros proibicionistas à linguagem não-binária – projetos de lei federais e estaduais) nos portais de publicação da tramitação desses dados. Tendo já finalizada essa etapa de coleta das informações referentes à produção e circulação dos dados obtidos, iniciamos a análise do texto destes projetos à luz de uma vertente da ACD. Dentro dos pressupostos que à ACD apresenta, tivemos que escolher um dos seus para seguirmos com nossa análise, visto que, por questões de escolha metodológica e abrangência do tema *versus* temporalidade para a execução da mesma, elegemos fazer nossa análise seguindo o conceito de indexicalidade.

Na ACD a indexicalidade é essencial para compreendermos como as palavras e expressões são carregadas de significados ideológicos, como elas apontam para o contexto em que são utilizadas e, sobretudo, como contribuem para a construção de identidades e relações de poder. Através da indexicalidade, é possível desvendar as estratégias discursivas que influenciam a forma como interpretamos e nos relacionamos com o mundo ao nosso redor.

## RESULTADOS

Atualmente, verificamos que tramitam na Câmara Federal e nas assembleias legislativas estaduais, 63 projetos de lei com propostas proibicionistas. Desse total, 15 projetos de lei na Câmara Federal e 48 projetos nas assembleias legislativas de todos os estados e do Distrito Federal. Nessa etapa, que foi justamente a captação e mensuração de dados que desvelam esse cenário, podemos apontar alguns resultados obtidos.

O primeiro PL com essa temática foi apresentado em 2014 pelo deputado federal do estado da Bahia Erivelton Santana (Partido Social Cristão/PSC). Já o projeto mais recente começou a tramitar em 13 de fevereiro deste ano na Assembleia Legislativa do Amazonas, sob autoria da deputada Débora Menezes (Partido Liberal/PL).

O ano de 2021, período em que o Brasil ainda enfrentava os altos índices da pandemia de Covid-19 e estava sob o governo de Jair Bolsonaro, foi o ano com o maior número de projetos apresentados, 09 federais e 24 estaduais.

Verificamos que o estado do Rio de Janeiro é o que apresenta a maior quantidade de projetos, oito (08), no total. Seguido pelo Distrito Federal, com sete (07) projetos apresentados. Os estados do Pará, Amapá e Tocantins são os únicos que não têm PL representado por parlamentares. Um ponto para destacarmos, é que todos os partidos responsáveis pelos PLs são de direita, sendo o Partido Liberal/PL, ao qual está vinculado o ex-presidente Jair Bolsonaro, o que mais propôs projetos (17), 27% do total de todos os PLs existentes.

Em seu texto, os PLs apresentados, predominantemente, impedem a linguagem não-binária argumentando que ela prejudica o ensino do português brasileiro, bem como ameaça o uso de nosso idioma.

Tendo analisado os dados obtidos, fizemos uma análise dos textos dos PLs e identificamos os seguintes itens lexicais que são utilizados para fazer referência a LNB nos PLs analisados. São eles: **‘linguagem neutra’**, **‘gênero neutro’**, **‘neolinguagem’** e **‘linguagem não-binária’**. Ao encontrarmos essas expressões iremos analisar, sob o olhar da indexicalização, a produção de sentido que essas palavras

imprimem ao se referenciarem a LNB. Observamos que elas realizam 9 performances diferentes, que nomeamos ao observar sua função semântica. Que são elas: **objetivo, definição, exemplificação, adjetivação, causa e efeito, problema e solução, conclusão, citação e paráfrase**. Assim, ao verificarmos essas ocorrências nas diferentes performances, identificamos qual a performance mais recorrente nos textos analisados, e a partir dessa identificação podemos apresentar conclusões sobre essas escolhas semânticas.

**Quadro 1** - Exemplos de performances

Operações	Exemplos
	Ela [a linguagem neutra] promove alterações significativas, realizadas de forma descabida por particulares para beneficiar as ditas “minorias”, a fim de atender a fins puramente ideológicos.
<b>Definição</b>	Entende-se como “linguagem neutra” toda e qualquer forma de modificação do uso da norma culta da Língua Portuguesa e seu conjunto de padrões linguísticos, escrito ou falado, em que anula as diferenças de pronomes de tratamento femininos e masculinos, baseando-se em infinitas possibilidades de gêneros não existentes.
<b>Exemplificação</b>	Uma escola, por meio de circular, avisou aos pais dos alunos que havia decidido utilizar o dialeto não binário <sup>5</sup> nas atividades escolares, para tanto exemplificou que utilizaria a partir de então a expressão “queridEs alunEs”.
<b>Adjetivação</b>	Na França, a Academia Francesa já se pronunciou: “Frente a essa aberração inclusiva, a língua francesa está em perigo mortal”.
<b>Causa e efeito</b>	Cumprе ressaltar, que esse dialeto não binário afasta ainda mais as pessoas, polarizando a nossa sociedade.
<b>Problema e solução</b>	Verifica-se que a pretensão de uma linguagem não binária é, em verdade, retrato de uma posição sociopolítica, que, nem de longe, representa uma demanda social, mas de minúsculos grupos militantes, que têm por objetivo avançar suas agendas ideológicas, utilizando a comunidade escolar como massa de manobra.
<b>Conclusão</b>	Não se pode permitir utilizar a “linguagem neutra” como meio de militância. <sup>6</sup>
<b>Citação</b>	Conforme salienta a presidente da Academia Argentina de Letras, Alicia Zorrilla, o modelo não possui qualquer apoio científico, carecendo de fundamento linguístico, o que o coloca fora do sistema gramatical.
<b>Paráfrase</b>	Em resumo, de modo geral, a linguagem neutra consiste em não determinar gênero masculino ou feminino para incluir pessoas não- binárias (aquelas que não se identificam como homens ou mulheres).

A performance mais frequente nos textos analisados é a adjetivação, visto que ela está em 23% das ocorrências. Ao apreciar negativamente associando a LNB a um problema e uma desordem é mais uma face da abjetificação que os

5 ‘Dialeto não binário’ foi outra forma que achamos em nossos dados, mas não é tão recorrente como os quatro itens que citamos.

6 A conclusão está aqui como operação para indicar o encerramento de um raciocínio desenvolvido nos textos em tela.

discursos reacionários à LNB vêm empreendendo. Porém, o que é abjetificar? De acordo com Kristeva (1982), a abjeção não é apenas a desidentificação com algo, mas a percepção que esse algo é tão horroroso que desorganiza a ordem vigente. É isso que acontece com a construção de sentido que PLs proibicionistas federais e estaduais fazem com a LNB. Ao abjetificar essa linguagem, tais projetos, como muitos discursos contrários à população LGBTQIAPN+, colocam a LNB num campo subalternizado sim, mas, como Butler (2021) aponta, também dão margem para a emergência da potência do fenômeno considerado estranho, do desencaixado, do inadequado, do queer. No horizonte de uma política queer, o discurso dos PLs que estudamos pode até pensar que mata a existência da disrupção da LNB, mas sua face é ambivalente para nós que nos filiamos a tal política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer parte da população LGBTQIAPN+ é estar em constante luta, pois criar um território mais inclusivo é o que estamos sempre em busca, porém se nos chamam de aberração, como aparece nos textos de nosso corpus, devemos nos erguer desse lugar, por meio de um contrabando discursivo (MELO, 2022), que toma desse discurso de ódio, sem a sua permissão, o termo que usam para nos matar, a fim de dizer: não queremos nunca sermos iguais a vocês ou o que vocês consideram bom. E, sobretudo, se essas adjetivações são as formas como nos enxergam diferentes, nós as assumimos como resistência a suas práticas de morte contra nossos corpos.

Nos aliamos as pessoas trans, viadas, não binárias e todo o universo dissidente da norma, para afirmar que há vida e resistência na adjetivação – projeto de morte – dos PLs. Nesse ponto, vislumbramos que os resultados dessa análise, nos mostram os ingredientes ainda presentes para a resistência: a saída está, como nas políticas *queer* das ruas, em não achar que precisamos desviar de tais adjetivações. Elas são bem-vindas na medida em que podemos contrabandeá-las como munições para as nossas existências.

Numa perspectiva crítica do discurso, os PLs são parte de uma rede de práticas, conforme aponta Fairclough (2003), que constitui a conjuntura política de produção de sentido da LNB.

É mais uma voz que se ergue sobre o assunto. E, como tal, reverbera na construção de valor e existência acerca do que é a LNB no Brasil. Se o resultado da produção discursiva nesse campo político é fundamentalmente de atribuição depreciativa, isso é indicativo de como no campo legislativo temos contribuído para o pensamento sobre uma linguagem inclusiva de gênero, mas não se perder

de vista seu papel reverso como dissemos. Entretanto, esse papel não se constituirá no interior dos PLs, mas a partir dele, sendo o que vamos fazer com esse discurso. A comunidade LGBTQIAPN+ e, sobretudo, as pessoas não binárias, não se resignificarão (porque são indexicalizadas pelo discurso acerca da LNB) e não recategorizarão a própria LNB se dialogarem pacificamente com os PLs. Numa relação interdiscursiva, o que se espera é que uma solidariedade *queer* aconteça tomando como de partida essas atribuições negativas e, no fluxo de um contrabando discursivo, resista à violência institucional do campo legislativo brasileiro. Sendo assim, para a ACD, sobre um momento de reflexão: como desabar a violência estrutural cis-heteronormativa tomando por base a leitura de sua expressão pelos PLs que proíbem a LNB? Isso se dá por discurso.

Desvelar esse cenário é um passo para lançarmos outras lentes críticas a partir do futuro, porque tais argumentos dos PLs não podem mais funcionar como cortina de fumaça para a antiga postura silenciadora de uma sociedade tradicional em relação a grupos de vanguarda política na dissidência de gênero e sexualidade, como é o caso das pessoas trans não binárias – identidade-alvo na produção e reelaboração da LNB nos projetos aqui analisados. Sigamos juntos sem esmorecer.

## REFERÊNCIAS

BREVILHERI, Úrsula B. L.; LANZA, Fábio; SARTORELLI, May R. Neolinguagem e “linguagem neutra”: potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras. **Research, Society and Development**, v. 11, n.11, p. 01-14. 2022.

BUTLER, Judith Butler. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990]. (Coleção Sujeito e História)

\_\_\_\_\_. **Discurso de ódio**. Uma política do performativo. Trad, Roberta Fabri Viscardi. São Paulo: Editora da Unesp, 2021 [1997].

CULT. **Dossiê Teoria Queer**. Revista Cult. São Paulo. 2014. p. 33-56

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. Maria Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001 [1992].

\_\_\_\_\_. **Analysing Discourse**: Textual analysis for social research. Londres/ Nova Iorque: Routledge, 2003.

GGB. **Relatório de homicídios da população LGBT em 2022**. Salvador. 2023. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/>. Acesso em 21 de março de 2023.

HALLIDAY, Michael; MATTHIESSEN, Cristian. **An introduction to Funcional Grammar**. Londres, Edward Arnold: 2004.

KRISTEVA, Julia. **Powers of Horror: an essay on abjection**. New York: Columbia University Press, 1982.

MELO, Glenda Cristina Valim de; FERREIRA, Juliana Tito Rosa. As ordens de indexicalidade de gênero, de raça e de nacionalidade em dois objetos de consumo em tempos de Copa do Mundo 2014. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**. v. 17, n. 03, p. 405-427, 2017.

MELO, Iran Ferreira de. Contrabando discursivo e Linguística Queer. In: LIMA, Bruno de Assis Freire de; GOMES, Maria Carmen Aires (Orgs.) **Estilos e discursos**. Uma contribuição para os estudos da linguagem. Campinas: Pontes, 2022. p. 17-42.

MISKOLCI, Richard. Um saber insurgente ao sul do Equador. **Revista Periódicus**. 1ª edição, mai-out., 2014.

\_\_\_\_\_. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Cadernos da Diversidade). Capítulo “Origens Históricas da Teoria Queer” – p. 21-35.

OLIVEIRA, João M. de. **O que quer o queer?** Podcast Larvas Incendiadas. Disponível em: <https://larvasincendiadas.com/2019/07/18/18-joao-manoel-de-oliveira-o-que-e-o-queer/>. Acesso em 21 de março de 2023.

PINHEIRO, Bruni. F. M.; FREITAG, Raquel. M. K. Estereótipos na concordância de gênero em profissões: efeitos de frequência e saliência. **Linguística**, v. 16, n. 1, 2020.